EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: instrumento de resistência e luta no processo de fortalecimento da cultura e identidade negra

Virgínia de Fátima Morais Ratiel de Souza[1]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a reflexão sobre a educação escolar quilombola, levando em consideração o papel da escola frente ao processo de fortalecimento da identidade e cultura negra nas comunidades remanescentes de quilombos. Assim, são apresentadas reflexões sobre a importância de políticas públicas educacionais que visam a valorização e fortalecimento da cultura afro-brasileira. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com professores e um quilombola. Depreende-se que é necessário que ocorra a desconstrução no âmbito das escolas o ensino baseado na visão eurocêntrica, de modo a valorizar a diversidade sociocultural existente.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Cultura. Identidade.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on quilombola school education, taking into account the role of the school in the process of strengthening black identity and culture in the remaining quilombo communities. Thus, reflections are presented on the importance of educational public policies aimed at valuing and strengthening Afro-Brazilian culture. For data collection, interviews were conducted with teachers and a quilombola. It is conclude that it is necessary to deconstruct education based on the Eurocentric vision within schools, in order to value the existing sociocultural diversity.

Keywords: Quilombola School Education. Culture. Identity.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Munanga e Gomes (2006) a palavra kilombolo teve sua origem na língua banto *umbundo,* utilizada pelo povo denominado *ovibumdo,* o qual diz respeito a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central. Os quilombos da África, tiveram forte influência na construção dos quilombos no Brasil,

[1] Mestranda em Políticas Públicas pela UFMA. Especialista em Política Social e Gestão de Serviços Sociais pela Faculdade Unyleya. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Ceuma. Bolsista FAPEMA. Email: ratiel1@hotmail.com.

representando uma fonte de esperança de dias melhores. Os quilombos foram construídos

> onde houve a escravidão dos africanos e seus descendentes. Em todas as Américas há grupos semelhantes, porém, com nomes diferentes, de acordo com a região onde viveram: cimarrónes em muitos países de colonização espanhola, palenques, em Cuba e Colômbia, cumbes na Venezuela e marrons na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos (MUNANGA; GOMES, 2006, p.71-72).

Após a abolição da escravatura, os quilombos passaram a ser denominados de comunidades remanescentes de quilombolas ou apenas comunidades quilombolas.Elas simbolizam luta, patrimônio, cultura e a preservação das nossas raízes. E uma das formas de fortalecê-las é através do acesso à educação escolar.A inclusão da Educação Escolar Quilombola como modalidade de educação em 2010, pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) de nº 4, e a aprovação Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) em 2012, através da Resolução de n°8, são frutos de uma longa luta de reinvindicações do Movimento Negro para que fossem elaboradas e executadas políticas públicas voltadas para promoção da igualdade racial.

O objetivo deste trabalho é evidenciar a importância da implementação das DCNEEQ e como a Educação Escolar Quilombola pode contribuir para o fortalecimento da identidade e cultura negra nas comunidades remanescentes de quilombos, a partir do destaque das políticas públicas educacionais direcionadas para os negros e para os quilombolas. Nesse sentido, é importante ressaltar que essas políticas públicas implementadas pelo Estado, são uma forma de reparação histórica da longa trajetória de injustiças e desigualdades impostas aos negros, dentre elas está a privação do acesso ao sistema educacional. A educação escolar quilombola proporciona o sentimento de empoderamento e transformação, a partir da valorização da sua origem.

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, embasamento na pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, que foi realizada através de entrevistas semiestruturadas por meio virtual para a coleta de dados, no ano de 2020. Visto que há um cenário atual de isolamento social, em decorrência da pandemia causada pela doença COVID –19 (Coronavírus). O método de análise adotado foi o materialismo

histórico dialético, pois é necessário para melhor compreensão, uma análise na perspectiva de uma totalidade da realidade social.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que iniciou em 2003, foi marcado pela aproximação da relação do poder executivo federal com os representantes do Movimento Negro e a intensificação na promoção de políticas de recorte racial.

> O movimento negro passa a ser um ator envolvido na formulação de políticas, ocupando cargos e como representante da sociedade civil nos espaços de controle social instituídos pelo governo Lula. Como lembra Guimarães, embora a questão racial nunca tenha tido uma forte adesão por parte do Partido dos Trabalhadores, o governo Lula representa o cume dessa mudança ao incorporar em seus quadros representantes dos movimentos negros, dando maior visibilidade às suas reivindicações (LIMA, 2010, p.82).

Para atender as solicitações dos movimentos negros foram criados 2 órgãos: a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). A SEPPIR foi instituída em 2003, pela Lei nº 10.678, com a principal finalidade de formular, coordenar, articular políticas e diretrizes voltadas para a promoção da igualdade racial (LIMA, 2010). E a SECAD[2] que foi fundada pelo Decreto nº 5.159 em 2004, tinha por objetivo articular políticas educacionais, em âmbito federal, direcionadas para “alfabetização e educação de jovens e adultos, educação indígena, educação ambiental, educação do campo e educação em áreas remanescentes de quilombos” (BRASIL, 2004).

A partir da Lei nº 10.639/2003 se tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas das redes pública, privada de ensino fundamental e médio. A implementação da referida lei representou um avanço na articulação entre o acesso à educação e diversidade. Além de ser uma conquista para o Movimento Negro inerente às diversas reivindicações, realizadas ao longo do século XX.

[2] No ano de 2011, a SECAD passou a ser denominada de Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), e foi extinta em 2019.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER), foram instituídas pelo CNE, através do Parecer de nº 03 de 2004 e pela Resolução de nº 01, de 17 de junho de 2004. As DCNERER estabelecidas contribuíram para nortear a elaboração de projetos com perspectivas de ensino das relações étnico-raciais, bem como o reconhecimento da relevância da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos. Vale destacar que o Parecer CNE/CP nº 03/2004, legitima a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas das redes pública, privada de ensino fundamental e médio por meio de indícios que foram detectados. Essa legitimação é embasada nos seguintes fatores, que estão presentes na sociedade, tais como:

> exclusão secular da população negra dos bancos escolares, notadamente em nossos dias, no ensino superior; necessidade de crianças, jovens e adultos estudantes sentirem-se contemplados e respeitados, em suas peculiaridades, inclusive as étnico-raciais, nos programas e projetos educacionais; importância de reeducação das relações étnico/raciais no Brasil; violência explícita ou simbólica, gerada por toda sorte de racismos e discriminações, que sofrem os negros descendentes de africanos; humilhações e ultrajes sofridos por estudantes negros, em todos os níveis de ensino, em consequência de posturas, atitudes, textos e materiais de ensino com conteúdo racista (BRASIL, 2004).

A SECAD em parceria com a SEPPIR, contribuiu de forma notória para efetivação da lei 10.639/2010, além de outras ações de âmbito nacional de cunho racial. As atividades desenvolvidas pela SECAD eram realizadas através de

> Parcerias com diversos órgãos governamentais e não governamentais e execução de convênios por meio de editais para o desenvolvimento de projetos elaborados pelas próprias instituições participantes. Os temas prioritários abrangem educação escolar indígena, diversidade étnico-racial, de gênero e orientação sexual, com base nos quais se destaca o apoio da Secretaria aos programas educacionais para remanescentes de quilombos (LIMA, 2010, p.85).

Após a regulamentação das DCNERER, ocorreram cerca de 20 fóruns estaduais organizados pela SECAD. Nesses eventos participaram representantes dos Conselhos de educação, Secretarias de educação municipais e estaduais, bem como integrantes do Movimento negro. Houve engajamento entre os profissionais da área de educação e os movimentos negros, com a finalidade de elaborar estratégias que

efetivassem as diretrizes. Logo, provocando mudanças reais no âmbito das instituições de ensino e instituições que promovem a formação inicial e continuada de professores (DIAS,2005).

Foi também estabelecido pelas DCNERER, que nas situações em que ocorra discriminação, racismo e desrespeito na esfera de ensino, sejam tomadas providências que objetivem a solução através de medidas educativas que tenham a perspectiva de respeito e valorização da diversidade. E a partir disso, gerando a transformação de atitudes, posturas e pensamentos equivocados em relação as pessoas negras. Além disso, propiciando o fortalecimento da história e a cultura do país através da educação escolar, bem como a formação de cidadãos negros e não negros.

É importante destacar também, que segundo o parecer CNE/CP nº1/2004, a implementação das DCNERER promove a difusão e geração de conhecimentos. Visto que esses educam os indivíduos e contribuem, para que os mesmos reconheçam e valorizem a sua origem étnico-racial seja ela africana, indígena, europeia ou asiática.Assim, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática, tanto em relação a garantia de direitos quanto na valorização da identidade**.**

A implementação da Lei 10.639/2003 e das DCNERER representou de forma notória, avanço no campo educacional na perspectiva étnico-racial. Em especial, contribuiu para a suscitação de debates, reflexões, acerca da importância da educação escolar quilombola. Devido ao fato das peculiaridades existentes no cotidiano das comunidades remanescentes de quilombolas. Isto é, a necessidade da articulação entre saberes tradicionais quilombolas e a educação formal.

> O processo de escolarização em comunidades quilombolas pressupõe valorizar e validar as diversas formas de vida desses povos, que são constantemente inventadas e reinventadas. Algumas dessas formas de vida são forjadas pela sobrevivência, outras expressam as alegrias, as crenças e a simplicidade da vida. Assim, a escola ao catalizar das comunidades quilombolas as experiências, as vivências, os significados atribuídos as suas representações cotidianas estará fazendo um movimento fundamental para o estabelecimento e fortalecimento de uma política curricular que legitima vozes historicamente negadas/silenciadas (PARANÁ, 2010, p.11).

As demandas dos quilombos concernente às particularidades ao campo educacional, tiveram maior destaque na Conferência Nacional de Educação (CONAE), que ocorreu no mês de maio em 2010. Neste evento, foi debatida a importância da elaboração de políticas educacionais voltadas para às comunidades quilombolas. Essa temática resultou no CNE, a composição de um Grupo de Trabalho de Educação Quilombola, o qual teve a incumbência de formular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (MAROUN et al., 2013).

No ano de 2010, foi publicada a Resolução do CNE de nº 4, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNEB) e a partir desse instrumento legal, houve a inclusão da Educação Escolar Quilombola como modalidade de educação no sistema educacional brasileiro, assim passou a integrar o grupo das diversas políticas afirmativas que ocorreram tardiamente. Devido a essa morosidade, foram gerados diversos reflexos negativos para a população quilombola, na área de ensino, entre eles, estão as baixas taxas de alfabetização nos Territórios Quilombolas.

No mesmo ano em que a educação escolar quilombola foi incluída nas DCNEB, de acordo com Arruti e Dowbor (2014) o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010 indicou o desempenho inferior dos indivíduos pertencentes aos Territórios de comunidades de remanescentes de quilombolas, em comparação às populações de fora, em relação a alfabetização. Diante desse cenário fica expresso a situação de vulnerabilidade social das populações quilombolas.

A construção das DCNEEQ foram construídas no decorrer de 2011, a partir de audiências abertas ao público, realizadas nos Estados da Bahia, Maranhão e em Brasília, capital federal do Brasil. Os encontros ocorreram nestas localidades, pelo fato de possuírem as maiores quantidades populacionais quilombolas e foram promovidos pela CNE (RODRIGUES, 2017). No dia de 20 de novembro de 2012, através da Resolução de n°8, foram definidas as DCNEEQ na Educação Básica. E conforme o art.1° do disposto legal mencionado, a Educação Quilombola está embasada na: memória coletiva; nas línguas reminiscentes; nos marcos civilizatórios; nas práticas culturais; nas tecnologias e formas de produção do trabalho; na

territorialidade; nos acervos e repertórios orais; nos festejos, usos, tradições e nos diversos elementos que integram o patrimônio cultural das comunidades quilombolas do Brasil todo.

As DCNEEQ norteiam o ensino nas escolas, que estão localizadas dentro de territórios quilombolas e nas fora dos quilombos, que atendem a população quilombola, respeitando as particularidades que são devidas as vivências, práticas religiosas e a história da formação dos quilombos. As diretrizes têm como foco garantir o direito à diversidade; e é uma das formas de consolidação das políticas de igualdade racial. E foi fruto da luta de educadores, pesquisadores, representantes de movimentos sociais e de uma forte participação das comunidades remanescentes de quilombolas, na defesa de seus direitos.

3 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DA CULTURA E IDENTIDADE NEGRA

Como resultado do processo de miscigenação que acorreu no Brasil, a identidade cultural se tornou diversificada. No que tange a identidade e cultura negra é essencial destacar a forte influência africana. Pois, é fruto do período de colonização no país, o qual aconteceu a escravização de negros oriundos do continente africano, formando assim a base econômica. Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, e ainda nos dias atuais a população negra sofre com o racismo, preconceito e discriminação racial.

A cultura é o “conjunto de conhecimentos**,** valores, símbolos, tradições, ideias, costumes e práticas que se tornam características de um grupo, seja ele familiar, social, étnico, religioso e assim por diante” (ABRANTES, 2018, Online). Nesse sentido, o termo cultura é complexo por ser construído a partir da vivência dos seres humanos e está presente em diversos grupos da sociedade. Além disso, a cultura é repassada de geração em geração.

Santos (2011) afirma que a identidade cultural é a fonte para a definição e experiência de um povo. Pode estar inserido dentro da cultura de um mesmo povo,

diversas identidades que em determinados momentos convivem de forma harmoniosa e em outros não. É inegável que a identidade cultural traduz um sentimento de pertencimento; e que podem ser construídas e reconstruídas, mediante as influências da realidade sociocultural.

Não existe hierarquia entre as culturas, ou seja, culturas superiores a outras.Cada sociedade possui valores, que foram construídos ao longo da sua trajetória e que devem ser respeitados e valorizados de acordo com a sua natureza (ABRANTES, 2018). Porém, ainda há bastante desrespeito com a diversidade cultural.Por isso, são necessárias as políticas públicas para combater principalmente a desvalorização da cultura afro-brasileira, que reflete um dos resquícios do período da escravidão. Podemos citar o corpo do cativo negro, como principal mecanismo de resistência e luta sociocultural, bem como instrumento para obtenção da sua liberdade.

> Os africanos escravizados introduziram uma vigorosa identidade corporal e musical nas terras por onde passaram. Por isso, para o negro africano deportado para as Américas, os maracatus, os afoxés, o Soul, o jazz, o reggae, o mambo, o samba, o funk, o hip-hop e, entre outras expressões a capoeira, podem ser considerados como a língua que mantém viva a transgressão herdada dos nossos ancestrais da África negra. (MUNANGA; GOMES, 2006, p. 153-154).

As identidades dos povos oriundos da África eram expressas por penteados, marcas e perfurações feitas na pele através de instrumentos cortantes, também por linguagens diferentes. Os negros expressavam sua cultura e identidade por meio de festas, danças, cerimônias religiosas, consumo de ervas, transformação dos alimentos, assim como, a preservação da memória de ancestrais. É importante ressaltar que durante e após a abolição da escravidão, as identidades das variadas matrizes africanas existentes foram ressignificadas e repassadas para a cultura africana, para as gerações que nasceram em solo brasileiro (MUNANGA; GOMES, 2006).

De acordo com o Professor do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, é bastante comum o racismo induzir as pessoas negras em geral e principalmente os quilombolas, a não ter interesse pela sua cultura

e não valorizar sua origem. O racismo também influencia, para que a maioria das pessoas negras não vivenciem a religiosidade de matriz africana. O que leva a buscarem referenciais estéticos, culturais e simbólicos brancos, os quais são aqueles que são socialmente considerados como legítimos, desenvolvidos, modernos e aceitáveis. Assim, a Cultura Negra vai sendo vista como demoníaca, marginal e suja.

A partir dos aspectos destacados acima dessa fala fica evidente, a desvalorização da cultura afro-brasileira em nossa sociedade, também pelo próprio negro, isso se deve ao racismo que permanece na nossa sociedade. Para fugir da discriminação racial, a qual se materializa por apelidos, críticas aos traços físicos, aos cabelos e principalmente em relação às religiões de matriz africana. Dessa forma, os negros buscam seguir padrões socioculturais brancos considerados aceitáveis.

> É preciso lembrar que o termo negro começou a ser usado pelos senhores para designar pejorativamente os escravizados e este sentido negativo da palavra se estende até hoje. Contudo, o Movimento Negro ressignificou esse termo dando-lhe um sentido político e positivo (BRASIL, 2004).

O Estado ao longo dos anos implementou políticas públicas, que tem por objetivo a promoção da igualdade racial. Através de programas, projetos, leis e valorização das influências culturais e religiosas. No campo educacional, a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas; assim como, a aprovação da educação escolar quilombola como modalidade de ensino e as DCNEEQ, propiciam a valorização da cultura e identidade negra. É primordial o ensino da história do país nas escolas, pois estas são a base do processo de formação do indivíduo.

> Uma educação que rompa com o racismo, que valoriza a Identidade Negra. Vai fazer com que as crianças e jovens quilombolas tenham uma identificação positiva com suas manifestações culturais e suas manifestações religiosas; com as suas próprias características físicas que são socialmente vistas como feias, como sujas como fora do padrão. Então trazendo um processo educativo que valorize o que é ser negro, a cultura negra e territorialidade negra essas crianças e jovens vão então ver positivamente sua própria cultura e vão querer participar das suas manifestações culturais, da sua religiosidade de origem. Vão então conseguir se envolver e preservar seu patrimônio cultural como acontece em quaisquer outras comunidades e grupo culturais. Em que a maioria das pessoas valorizam sua cultura de origem. A população negra é a única que por conta do racismo é levada a rejeitar, repudiar sua cultura tradicional. E uma educação antirracista, uma educação para as relações étnico-raciais, uma educação que tenha uma visão baseada nos valores quilombolas vai conseguir então fazer com que esses jovens e

> adolescentes; essas crianças se envolvam e fortaleçam a sua identidade cultural (Professor do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros).

Com base nos elementos ressaltados, é essencial para a identificação e valorização da cultura negra e quilombola, uma educação antirracista. Segundo a CEERT (2015), o professor precisa valorizar personagens negros em diferentes funções sociais, incorporando artistas, escritores e cientistas africanos e afrodescendentes no planejamento das aulas. Por meio desse contato, os alunos de diferentes raças passam a considerar natural a presença de afro-brasileiros em cargos de chefia ou como importantes pensadores. Na escola, a inclusão no currículo de conteúdos que tratam da história e cultura africana e afro-brasileira é um dos passos para o combate ao racismo, mas essa não pode ser a única ação.

Na Comunidade de Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim, segundo um quilombola, as DCNEEQ não são aplicadas nas escolas,

> Não é a realidade que nós temos, então dentro do Território quilombola Santa Rosa dos Pretos que é composto por 20 quilombos, a gente tem uma escola quilombola que é a Unidade de Educação Quilombola Elvira Pires, que atende alunos do ensino básico fundamental e também tem um ensino médio que é a escola Rafaela Pires e também Ensino Infantil que a Escola Mamãe Olívia, mas todas funcionam dentro do mesmo prédio que é o prédio da Elvira Pires [...] a gente hoje dentro da escola estamos com 2 professores do Ensino Infantil que são do território e que são quilombolas.[...]mas a grande maioria dos professores, ainda é infelizmente que ensina nossas crianças são professores de fora no município de Itapecuru ou de outros municípios do Estado (Quilombola da Comunidade de Santa Rosa dos Pretos).

De acordo com as DCNEEQ, todas as escolas que estão localizadas em territórios quilombolas, deverão ofertar a Educação Escolar Quilombola. Porém, isso não é o que ocorre no Território Santa Rosa dos Pretos, conforme a fala do quilombola acima. O mesmo também, relatou durante entrevista que apenas a gestora de ensino médio é de origem quilombola, isso se deve ao processo de luta que ocorreu contra a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, para que a referida gestora ocupasse o cargo de gestão.

É fundamental a capacitação de profissionais na área de educação, para que as políticas públicas sejam amplamente efetivadas, preconceitos sejam eliminados e que a sociedade se torne mais justa para todos. Além disso, que a história seja construída tendo como base principal os direitos humanos. Não é suficiente apenas a

existência de leis, mas também as ações praticadas pelos cidadãos tanto nos espaços públicos quanto os espaços privados.

Segundo o Presidente da Associação Santo Antônio dos Pretos[3], não é suficiente ter o material didático adequado na escola, se o profissional não tiver formação para utilizá-lo. Pois, a partir da sua experiência no "Projeto Semear o Saber"[4], que foi desenvolvido nas escolas das comunidades quilombolas do Santo Antônio, Tibiri, Cotias e Oriente, constatou-se a não utilização do material, pelo fato do professor não ter formação para tal

> Considerando o conteúdo tem muito material que chega na escola do Governo federal. A gente viu que, tem muito material pedagógico, tem material didático, tem muita coisa, mas quando esses profissionais eles não têm a formação, a capacitação, a qualificação esse material acaba por ficar. A gente viu que teve uma escola, que recebeu um material riquíssimo, que fala sobre a história e cultura afro-brasileira e ele estava guardadinho lá, intacto. Parecia assim, uma medalha de ouro que eles tinham recebido, que foi do Governo federal e não era utilizado. Então assim, foi legal de ver o cuidado, mas era um material que precisava ser utilizado. Então dos poucos materiais que tem, eu acho que a gente precisa diversificar mais esse material didático. Não só de se concentrar no livro didático, mas se concentrar em literaturas, em brincadeiras e jogos, em ações dentro da comunidade. Acho que quanto a isso material didático que é realmente utilizado e talvez não Valorize tanto como deveria valorizar a história e a cultura local porque isso depende muito do profissional, o material tá lá mas ele precisa ser utilizado né, ele sozinho não é nada mas então ele precisa ser bem utilizado também, não utilizar só por utilizar mais utilizar de uma forma bem objetiva e eficaz (Presidente da Associação Santo Antônio dos Pretos).
> .

Com base no que foi dito, ainda existe déficit tanto na ausência de formação dos profissionais de escolas quilombolas, quanto nos materiais didáticos que são poucos os que se adequam, ao que determina as DCNEEQ. Nesse sentido, Lopes (2012) afirma que a formação de professores tem que promover a inserção da realidade quilombola no material didático utilizado; e que no processo de produção e distribuição de material direcionado aos discentes quilombolas, deve dialogar com as realidades locais vivenciadas nas comunidades quilombolas.

[3] Instituição foi fundada em 10 de abril de 2010, tem sede em São Luís. Porém, atua no Município de Penalva no povoado de Santo Antônio e adjacências em comunidades quilombolas, tem como foco o desenvolvimento humano (Presidente da Associação Santo Antônio dos Pretos).
[4]Foi desenvolvido aos finais de semana, com o intuito de fomentar a educação nas comunidades, no sentido da preservação da cultura e identidade (Presidente da Associação Santo Antônio dos Pretos).

Na comunidade quilombola Jaibara dos Nogueiras, localizada no Município de Itapecuru-Mirim, segundo um Professor da comunidade, que atua na Escola Municipal Santa Luzia, que pertence a referida comunidade, há um grande esforço dos professores e da gestora da escola, que é de origem quilombola para a implementação das DCNEEQ, porém ainda existem várias falhas, por falta de capacitação de professores e estrutura física adequada. Também afirmou que é necessária uma educação diferenciada para quilombolas.

> É extremamente importante contar a história do negro com uma leitura que evidencia uma diversidade cultural. Para partir daí, se possa participar e exigir das políticas de igualdade racial. A nossa sociedade brasileira, ela possui raízes intimamente ligadas e fortemente marcadas pela cultura africana. Então estão dessa forma precisamos dar visibilidade a nossa descendência, ao nosso sangue negro para a preservação da nossa identidade e da nossa memória (Professor de comunidade quilombola).

Com base no que foi mencionado, a efetivação das DCNEEQ representa o fortalecimento das nossas raízes. Nesse sentido está de acordo com os princípios e os objetivos das DCNEEQ, que visam o respeito, valorização e a preservação da cultura afro-brasileira.Segundo o Professor da comunidade quilombola, a Escola Municipal Santa Luzia, possui 8 professores, dentre eles, apenas 3 são quilombolas.Não há oferta por parte da Secretaria Municipal de Educação de Itapecuru-Mirim, capacitação para educação escolar quilombola. Ressaltou também, que na escola uma professora de origem quilombola que possui vasto conhecimento, ministra a disciplina de Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana. Além disso, destacou que caso a disciplina fosse ministrada por uma outra professora da rede pública, que não tivesse o domínio do assunto, provavelmente não teria a mesma qualidade que a atual professora.

Assim, implementação da educação escolar quilombola, veio como uma das formas de reparação histórica de uma dívida a um povo. Além disso, trouxe visibilidade para as comunidades remanescentes de quilombos. As quais tiveram por séculos o direito a educação negado, devido a isso sofrem as consequências até os presentes dias. As DCNEEQ são essenciais para a valorização da cultura e identidade negra, preservação dos saberes tradicionais.

4 CONCLUSÃO

Na sociedade em que vivemos o racismo, preconceito e discriminação, bem como a desigualdade social e racial, são resquícios do período colonial escravagista.Um dos fatores que contribuíram, para a configuração dessas expressões da questão social até o período atual, foi a negação do acesso à educação para a população negra, por muitas décadas. Os senhores de escravos e o Estado impuseram esse impedimento aos negros, como uma forma de mantê-los submissos, sem despertarem a consciência para se rebelar contra o sistema opressor imposto.Porém, não foi suficiente para impedir muitas lutas travadas em busca da liberdade.

O reconhecimento pela sociedade, que é mito a existência da igualdade racial, é importante para que a identidade e cultura afro-brasileira sejam respeitadas. Pois, muitos não se reconhecem como negros e buscam se adequar aos padrões que são impostos pela visão eurocêntrica. A obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas, assim como a Implementação das DCNEEQ, são marcos históricos no campo educacional que simbolizam uma grande vitória para o Movimento negro que sempre lutou por políticas educacionais voltadas para a igualdade racial. Além de ser uma forma de resistência e luta, que proporciona a valorização da cultura afro-brasileira, bem como o fortalecimento da identidade negra.

Segundo Vestena e Ribeiro (2015), ainda nos dias atuais muitas pessoas acreditam que os quilombos só existiram no período da escravidão, pois quando se fala em quilombolas muitos demonstram espanto com o termo, por não terem total ciência do seu significado. Isso expressa de forma nítida as lacunas que ficaram de um currículo engessado e eurocêntrico. A escola é um local onde se tem contato com várias culturas, diferente saberes e olhares, não se pode mais silenciar a população negra e privilegiar somente a cultura europeia.

Há ainda muitas lutas para serem travadas, não adianta a existência de leis antirracistas se elas não são cumpridas. O Estado precisa promover com constância debates e capacitações para professores e profissionais que atuam no campo das

relações étnico-raciais. Também é preciso, mecanismos para a efetivação das leis antirracistas e ampliação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial. É preciso desconstruir no âmbito das escolas o ensino baseado na visão eurocêntrica, dessa forma contribuindo para o empoderamento da população negra, em especial a quilombola.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Beatriz. **O que é cultura: saiba tudo sobre o assunto!** Disponível em: https://www.stoodi.com.br/blog/2018/06/01/o-que-e-cultura/. Stoodi, 2018. Acesso em: 20 de maio de 2020.

ARRUTI, José Maurício; DOWBOR, Monica. **Desigualdades étnicas no Brasil: análise das populações quilombola e indígena.** CEBRAP/CPEI-NEPO-UNICAMP, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer do Conselho Nacional de Educação -** Câmara Plena (CNE/CP) nº 3, de 10 de março de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Parecer do Conselho Nacional de Educação -** Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº: 16, de 5 de junho de 2012- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Resolução do Conselho Nacional de Educação** - Câmara Plena (CNE/CP) nº 01, de 17 de junho de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Resolução do Conselho Nacional de Educação -** Câmara de Educação Básica (CNE/ CEB) nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

DIAS, Lucimar Rosa. **Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à lei 10.639 de 2003.** In: ROMÃO, Jeruse (Org). História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula.** Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 87, p. 77-95, jul. 2010.

LOPES, Maria Auxiliadora. **Educação escolar quilombola**. Ministério da Educação: 2012. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola. Acesso: 05 de abril de 2020.

MACHADO, Sátira. **Perguntas frequentes sobre a lei 10.639/03.** CEERT, 2016.

MAROUN, Kalyla. OLIVEIRA, Suely Noronha de. CARVALHO, Edileia. **Educação escolar quilombola: diálogos e interfaces entre experiências locais e a institucionalização de uma nova modalidade de educação no Brasil**. In: 36ª Reunião Nacional da ANPED, 2013.

MUNANGA, Kabengele. GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RODRIGUES, Guilherme Goretti. **A educação quilombola na comunidade Colônia do Paiol** – Bias Fortes (MG). Juiz de Fora, 2017.

PARANÁ. Secretaria de estado da educação. Superintendência da Educação. **Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar**. Curitiba: SEED, 2010.

SANTOS, Luciano dos. **As Identidades Culturais: Proposições Conceituais e Teóricas.** Revista Rascunhos Culturais. Mato Grosso do Sul, 2011.

VESTENA, Carla Luciane Blum. RIBEIRO, Débora. **Identidades no ambiente escolar: a Lei nº 10.639/03 e a educação escolar quilombola.** XII Congresso Nacional de Educação- EDUCERE, 2015.